

Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, 01

Balancos patrimoniais, 05

Demonstrações do resultado, 06

Demonstrações do resultado abrangente, 07

Demonstração das mutações do patrimônio líquido, 08

Demonstrações dos fluxos de caixa, 09

Notas explicativas às demonstrações financeiras, 10



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores da

Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás

Rua 1.121, 200, Setor Marista, Caixa Postal 15

74.175-120, Goiânia-Goiás

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (“**Entidade**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quantos ao possível efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “**Base para opinião com ressalva**”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **Entidade** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como àqueles aplicáveis à **Entidade**, estabelecidos em Normas Brasileiras de Contabilidade (“**NBC**”), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“**CFC**”).

Base para opinião com ressalva

Conforme apresentado na nota explicativa número 12, em 31 de dezembro de 2016, a rubrica de “imobilizado líquido” no ativo não circulante contém em sua composição valores referentes a saldos de equipamentos de informática, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, edificações, entre outras espécies de imobilizados, totalizando o montante de R\$ 32.425.699 (trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e noventa e nove reais), sendo este o saldo já deduzido das respectivas depreciações apresentadas, os quais não foram apresentados documentações e relatórios financeiros ou controles suportes, bem como não foi possível a realização de procedimentos substantivos alternativos para o saldo em questão.

Desta foram, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequação do respectivo saldo, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do

ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à **Entidade**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da **Entidade**, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da **Entidade**. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, e são consistentes em relação às demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como àqueles aplicáveis à **Entidade**, estabelecidos em Normas Brasileiras de Contabilidade (“NBC”), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Entidade** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Entidade** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Entidade** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são o de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

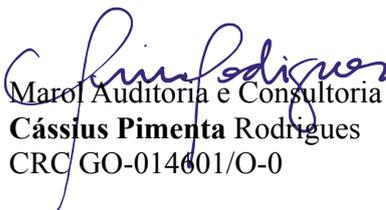
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Entidade**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Entidade**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Entidade** a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes

transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, Goiás, 14 de julho de 2017.


Marol Auditoria e Consultoria Contábil e Empresarial
Cássius Pimenta Rodrigues
CRC GO-014601/O-0

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais comparados, findos
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em milhares de R\$	31.12.2016		31.12.2015		31.12.2016		31.12.2015	
	Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado	
ATIVO	NOTA			PASSIVO	NOTA			
ATIVO CIRCULANTE		14.035.337	10.732.552	PASSIVO CIRCULANTE		19.445.532	22.535.637	
DISPONIVEL		1.175.238	1.706.698	OBRIGAÇÕES A PAGAR		19.445.531,51	22.535.637	
Caixa e equivalentes de caixa	4	711.099	1.508.987	Fornecedores	14	1.006.494	2.242.253	
Aplicações financeiras	4	464.139	197.711	Obrigações sociais e trabalhistas	15	490.472	1.713.850	
				Consignações	16	1.765	2.823	
CRÉDITOS A RECEBER		12.860.099	9.025.854	Obrigações tributárias	17	459.555	660.652	
Contribuições obrigatórias	5	12.309.292	8.582.147	Obrigações estatutárias	18	11.630.197	11.954.673	
Cheques em cobrança	6	87.742	134.481	Empréstimos e financiamentos	19	2.654.179	3.447.415	
Impostos e contribuições a recuperar	7	6.610	0	Provisões trabalhistas	20	476.412	1.079.135	
Adiantamento a terceiros	8	200.392	285.515	Outras obrigações	21	2.726.457	1.434.836	
Outros créditos	9	198.842						
Depósitos judiciais	10	57.221	23.711	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.516.204	540.400	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		33.462.016	30.848.232	REALIZAVEL A LONGO PRAZO		3.516.204	540.400	
INVESTIMENTOS		635.006	557.470	Empréstimos e financiamentos	19	2.777.194	452.083	
Títulos de créditos	11	635.006	557.470	Outras contas a pagar	14	16.640		
				Obrigações tributárias	17	722.370	88.317	
IMOBILIZADO		32.425.699	30.249.631	PATRIMONIO SOCIAL		24.535.618	18.504.747	
Bens móveis e imóveis	12	32.531.698	30.261.302	SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADOS		24.535.618	18.504.747	
(-) Depreciação	12	(105.999)	(11.670)	Superávit ou déficit do exercício	22	5.379.373	(4.287.607)	
				Superávit ou déficit exercícios anteriores	22	19.156.244	22.792.354	
INTANGIVEL		401.312	41.131					
Direitos de uso	13	461.954	41.131					
(-) Amortização	13	(60.642)						
TOTAL		47.497.353	41.580.784	TOTAL		47.497.353	41.580.784	

As notas explicativas da Entidade são partes integrantes das demonstrações contábeis

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações de resultado do exercício comparadas, findas
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em milhares de R\$	31.12.2016	31.12.2015
		Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO PERÍODO		
RECEITAS	38.776.195	29.205.762
RECEITA BRUTA	38.776.195	29.205.762
Receitas operacionais	23 27.922.761	24.764.703
Receitas extraordinárias	24 10.853.433	4.441.059
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(9.081.146)	(5.478.499)
(-) CONTRIBUIÇÕES	(9.081.146)	(5.478.499)
(-) Repasses estatutários	25 (8.531.153)	(5.478.499)
(-) Outras deduções das receitas	25 (549.992)	
RECEITAS LIQUIDAS	29.695.049	23.727.263
CUSTOS/DESPESA	(23.258.603)	(27.139.186)
DESPESAS ORDINÁRIAS	(23.258.603)	(27.139.186)
(-) Pessoal e encargos	(12.729.492)	(13.848.415)
(-) Outros custos e despesas operacionais	(10.529.111)	(12.057.966)
(-) Adiantamento de subseções		(1.232.805)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	6.436.446	(3.411.923)
RESULTADO FINANCEIRO	(1.057.072)	(875.684)
RESULTADO FINANCEIRO	(1.057.072)	(875.684)
Receitas financeiras	196.041	333.771
(-) Despesas financeiras	(1.253.114)	(1.209.455)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	5.379.373	(4.287.607)

As notas explicativas da Entidade são partes integrantes das demonstrações contábeis



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações de resultado abrangente comparada, findas
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em milhares de R\$	31.12.2016	31.12.2015
		Reapresentado
Superávit / (déficit) do exercício	5.379.373	(4.287.607)
Outros resultados abrangentes		
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		
Resultado abrangente total do exercício	5.379.373	(4.287.607)

As notas explicativas da Entidade são partes integrantes das demonstrações contábeis

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do fluxo de caixa comparada, finda
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em milhares de R\$	31.12.2016	31.12.2015
	Reapresentado	
Superávit / (déficit) do exercício	5.379.373	(4.287.607)
Conciliação do resultado		
Ajustes de exercícios anteriores	651.498	3.687.546
	6.030.871	(600.061)
Aumento / (redução) nos ativos operacionais		
Aumento / (redução) em anuidades a receber	(3.727.145)	(8.582.147)
Aumento / (redução) em cheques em cobrança	46.739	(26.705)
Aumento / (redução) em adiantamento à subseções	0	41.127
Aumento / (redução) em adiantamento a empregados	5.657	9.793
Aumento / (redução) em créditos diversos	(125.986)	(156.197)
Aumento / (redução) em depósitos judiciais	(33.511)	(16.441)
	(3.834.245)	(8.730.571)
Aumento / (redução) nos passivos operacionais		
Aumento / (redução) em fornecedores	(1.219.119)	1.933.602
Aumento / (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	(1.223.377)	1.956.087
Aumento / (redução) em consignações	(1.058)	514.027
Aumento / (redução) em obrigações estatutárias	(324.477)	10.135.043
Aumento / (redução) em outras obrigações	1.121.855	(168.414)
	(1.646.176)	14.370.345
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	550.450	5.039.713
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento / (redução) Imobilizado	(2.536.248)	(2.710.775)
Aumento / (redução) Investimentos	(77.536)	(92.405)
	(2.613.784)	(2.803.180)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento / (redução) em Obrigações Financeiras	(793.236)	(846.269)
Aumento / (redução) em Obrigações Financeiras (LP)	2.325.110	(775.002)
	1.531.874	(1.621.270)
Acréscimo/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	(531.460)	615.262
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.706.698	1.091.436
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.175.238	1.706.698
	(531.460)	615.262

As notas explicativas da Entidade são partes integrantes das demonstrações contábeis

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido, findas
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em milhares de R\$	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2014	19.104.807
Resultado do período	(4.287.607)
Ajustes de exercícios anteriores	3.687.546
Saldo em 31 de dezembro de 2015	18.504.746
Resultado do período	5.379.373
Ajustes de exercícios anteriores	651.499
Saldo em 31 de dezembro de 2016	24.535.618

As notas explicativas da Entidade são partes integrantes das demonstrações contábeis

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Ordem dos Advogados do Brasil (“**OAB**”) foi instituída pelo art. 17 do Decreto nº. 19.408, de 18 de novembro de 1930, assinado por Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, e referendado pelo então ministro da Justiça, Osvaldo Aranha. Conforme determinava o referido decreto, a OAB seria regida pelos estatutos votados pelo Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e aprovados pelo governo.

Criada em 14 de dezembro de 1931, a seccional goiana da **OAB** (“**OAB Goiás**”) foi instalada no dia 12 de abril de 1932, em sessão solene realizada no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que se localizava na cidade de Goiás, então capital do Estado. Atualmente a **OAB Goiás** é composta por 46 subseções.

A **OAB** é um serviço público, mas não mantém vínculo funcional ou hierárquico com a administração pública. É dotada de personalidade jurídica e sua função é defender a Constituição Federal, a ordem jurídica do Estado Democrático de Direito, os direitos humanos, a justiça social, bem como pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas.

Compete também à **OAB** promover a representação, defesa, seleção e disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação brasileira aplicável, conjugadas com as Normas Brasileira de Contabilidade (**NBC's**), instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade, com o Estatuto da Advocacia e da **OAB**, instituído através da Lei nº. 8.906, de 4 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões tributárias e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Para a entidade não há diferenças entre o *superávit* abrangente do exercício e o *superávit* do exercício. Dessa forma, a entidade apresenta apenas a demonstração do *superávit*.

A Entidade procedeu a modificação no plano de contas. Esta mudança não impactou em mudanças nas práticas contábeis adotadas, originando, porém, dificuldade na aplicação da comparabilidade dos custos e despesas do período, bem assim de receitas e despesas financeiras.

As presentes demonstrações foram aprovadas para publicação em 14 de julho de 2017.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas de maneira uniforme na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

2.2.2. Anuidades a receber

As anuidades a receber estão registradas pelos seus valores fixados em cada exercício social, acrescidas de juros e multas por atraso quando aplicável.

2.2.3. Outros ativos circulantes

Demais ativos circulantes são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são ajustados aos seus valores prováveis de realização.

2.2.4. Imobilizado

Compreendem principalmente edificações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, computadores e periféricos e veículos, sendo demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da respectiva depreciação acumulada, calculada pelo método linear.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Entidade.

2.2.5. Intangível

Os custos com as marcas, direito e patentes são registrados pelo valor de custo na contabilidade e amortizado mensalmente de acordo com sua vida útil.

2.2.6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”).

2.2.7. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das operações, sendo classificadas como passivos

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

Inicialmente, são reconhecidas pelo valor pactuado em contrato ou documento similar hábil, e documento fiscal legal, os quais propiciem à Entidade bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Normalmente, na prática são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.8. Salários, encargos e benefícios

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.9. Provisões para contingências

As provisões para contingências relacionadas a riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade e suas controladas.

2.2.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.2.11. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor do pagamento de anuidades, contribuições, multas e preços de serviços fixados pelo Conselho Seccional, nos termos do art. 55 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

2.2.12. Tributos sobre a renda

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro não são devidos, em virtude de a Entidade gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 5º do artigo 45 da Lei Federal 8.906/94, de 4 de julho de 1994.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas contábeis

A Entidade realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas.

Estimativas e premissas

(a) Processos legais

A Entidade reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável.

Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações contábeis.

As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações contábeis, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Entidade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder da entidade.

O saldo dessa rubrica no fim do período de relatório, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

Caixa e contas correntes

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	R\$
Caixa	70.152	744.884
Depósitos bloqueados	5.802	
BICBANCO		341
Banco do Brasil	416.274	68.000
Banco Santander	11.966	452.944
Caixa Econômica Federal	16.952	50
CREDIJUR	189.951	245.708
(-) Cheques a compensar		-2.941
	<u>711.099</u>	<u>1.508.986</u>

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são representadas por valores de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, remunerados as taxas médias de

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

mercado, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores.

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	R\$
CREDIJUR	182.204	
Caixa Econômica Federal	3.251	5.000
Banco do Brasil	278.683	
Banco Santander		192.711
	464.139	197.711

5. Contribuições obrigatórias

O saldo da rubrica anuidades e outros serviços refere-se a contribuições obrigatórias e inclui valores vencidos no fim do período de relatório, para os quais a entidade não constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores (que incluem juros acrescidos aos recebíveis após sua data de vencimento) ainda são considerados recuperáveis.

A entidade não tem garantias para esses saldos, senão a possibilidade de abertura de processo ético disciplinar pelo não pagamento das anuidades.

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
Anuidades e outros serviços	11.160.458	8.582.147
Cessão de crédito – CASAG	1.148.834	
	12.309.292	8.582.147

O incremento nos valores das contribuições obrigatórias refere-se, dentre outros, ao aumento da inadimplência e à equalização da aplicação do regime da competência.

Em 19 de fevereiro de 2016 foi celebrada cessão de crédito para a cobrança e recebimento de anuidades, cheques devolvidos e negociações, estas últimas que, à época, englobam as taxas de revelação de pena e multa disciplinar.

Referida cessão foi no montante de R\$1.209.298,97 (um milhão, duzentos e nove mil, duzentos e noventa e oito reais e noventa e sete centavos), sendo descontado o percentual de 5% (cinco inteiros por cento), com efeito de remuneração pela respectiva cessão. Não houve a disponibilização de recursos financeiros imediatos, sendo convencionado no instrumento celebrado a obrigatoriedade de encontro de contas em 20 de março de 2018.

6. Cheques em cobrança

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
Cheques devolvidos	28.103	50.385
Cheques devolvidos - jurídico	59.639	84.096
	87.742	134.481

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores a receber de cheques em cobrança referem-se à contribuições obrigatórias recebidas nesta modalidade de pagamento, as quais permanecem pendentes de recebimentos, face à devolução pela instituição financeira.

7. Impostos e contribuições a recuperar

O saldo dos impostos e contribuições a recuperar referem-se a valores a restituir decorrente de tributos recolhidos indevidamente, e estão registrados pelo valor provável de recuperação.

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
Imposto de Renda Retido na Fonte	5.661	
CRF sobre serviços terceiros	949	
	6.610	

8. Adiantamentos a terceiros

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
Adiantamento de salários	1.017	
Adiantamento de 13º salário	440	
Adiantamento de rescisões	16	
Adiantamento de férias		7.130
Prêmios de seguros a apropriar	18.264	
Adiantamento a fornecedores	180.655	278.385
	200.392	285.515

Os valores de despesas pagas antecipadamente, compreendem àqueles registros de despesas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes pelo seu fato gerador, conforme preceitua a aplicação do princípio da competência.

9. Outros créditos a receber

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
Cheques pré-datados	58.834	
Cartões a receber	140.008	
	198.842	

Os valores a receber de cartões referem-se à contribuições obrigatórias recebidas, as quais permanecem pendentes de recebimentos, em virtude de prazo de compensação da instituição financeira.

10. Depósitos judiciais

Referem-se a depósitos realizados para fazer face à demandas judiciais em que a Entidade é parte, cabendo ressaltar que são decorrentes de cumprimento de determinações judiciais ou

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

necessários para a suspensão de exigibilidade de valores em ações judiciais, até o transito em julgado da ação, podendo ser caracterizados por depósitos recursais para a interposição de recursos em instância superior em face de derrota em primeira instância.

11. Investimentos

A Entidade possui cotas de capital junto a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Goiás Ltda. – SICOOB CREDIJUR, inscrita no CNPJ (MF) nº. 02.480.577/0001-73, que é uma instituição financeira Cooperativa, sociedade de pessoas, de responsabilidade limitada, de natureza civil e sem fins lucrativos, regida pela legislação vigente, pelos atos normativos do Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, além de seu estatuto social e por normas e diretrizes de atuação sistêmica estabelecida pelo Sicoob Confederação, pelas normas internas próprias e pela regulamentação da Cooperativa Central a que está associada.

12. Imobilizado

Valores contábeis

	31/12/16	31/12/15
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
Biblioteca	442.168	442.168
Equipamentos de Informática	1.821.499	1.349.352
Máquinas e equipamentos	3.301.697	3.214.867
Móveis e utensílios	2.458.378	2.254.183
Obras de arte	9.808	9.808
Veículos	194.768	194.768
Edificações	16.845.714	16.845.714
Terrenos	484.693	484.693
Obras em andamento	6.954.972	5.447.747
Instalações	18.000	18.000
	32.531.697	30.261.300

Custos de aquisição

	Biblioteca	Equipamentos de Informática	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Obras de Arte
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Saldo em 1º de janeiro de 2015	442.168	1.349.352	3.214.867	2.254.183	9.808
Adições	442.168	472.147	86.830	204.195	9.808
	442.168	1.821.499	3.301.697	2.458.378	9.808

Custos de aquisição (continuação)

	Veículos	Edificações	Terrenos	Obras em andamento	Instalações
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Saldo em 1º de janeiro de 2015	194.768	16.845.714	484.693	5.447.747	18.000

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Veículos R\$	Edificações R\$	Terrenos R\$	Obras em andamento R\$	Instalações R\$
Adições	<u>194.768</u>	<u>16.845.714</u>	<u>484.693</u>	<u>1.507.225</u> <u>6.954.972</u>	<u>18.000</u>

A entidade não possui controle individual de bens, de modo que a depreciação foi calculada apenas sobre os itens adquiridos em 2016, mediante controle de documentos fiscais e, ainda, pelos critérios de depreciação previstos em legislação fiscal.

Depreciações acumuladas

	Biblioteca R\$	Equipamentos de Informática R\$	Máquinas e Equipamentos R\$	Móveis e Utensílios R\$	Veículos R\$	Obras em andamento R\$
Saldo em 1º de janeiro de 2015	357		4.159	1.354	5.800	
Despesas de depreciação		52.382	5.071	5.522		31.354
	<u>357</u>	<u>52.382</u>	<u>9.230</u>	<u>6.876</u>	<u>5.800</u>	<u>31.354</u>

13. Ativos intangíveis

Valores contábeis

	31/12/16 R\$	31/12/15 <i>Reapresentado</i> R\$
Direito de uso de <i>softwares</i>	362.114	41.131
Biblioteca <i>online</i>	99.840	
	<u>461.954</u>	<u>41.131</u>

Custo

	Direito de uso de <i>softwares</i> R\$	Biblioteca <i>online</i> R\$
Saldo em 1º de janeiro de 2015	41.131	
Adições		99.840
	<u>41.131</u>	<u>99.840</u>

Amortizações acumuladas

	Direito de uso de <i>softwares</i> R\$	Biblioteca <i>online</i> R\$
Saldo em 1º de janeiro de 2015		
Despesas de amortização	27.085	33.557
	<u>27.085</u>	<u>33.557</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

Fornecedores circulante

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
Fornecedores de mercadorias e serviços	1.006.494	2.242.253
	1.006.494	2.242.253

Fornecedores não circulante

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
Fornecedores de mercadorias e serviços	16.640	
	16.640	

Os fornecedores referem-se à aquisição de produtos e serviços essenciais e necessários às atividades da Entidade. Não há títulos vencidos pendentes de pagamento.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

Obrigações trabalhistas

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
Salários a pagar	263.349	506.937
Rescisões a pagar		4.661
Pagamento a autônomo	819	
Férias	131	
	264.299	511.598

Obrigações sociais

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
INSS patronal	152.217	810.997
FGTS	73.878	234.911
INSS (juros e multas)		140.995
FGTS (juros e multas)		15.348
Salário família	78	
	226.173	1.202.251

16. Consignações

Eventualmente a Entidade, por determinação judicial, retêm valor devido por pessoas vinculadas:

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
Pensão alimentícia	1.765	276
Empréstimos a funcionários		2.547
	1.765	2.823

17. Obrigações tributárias

Neste grupo são classificados os valores devidos a título de tributos, aos quais a Entidade é responsável pela retenção e recolhimento.

Tributos circulante

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
INSS Retido a Recolher	104.024	362.520
Taxas municipais a recolher	1.931	
Imposto de Renda Retido na Fonte	32.619	57.155
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	66.507	28.319
Contribuição Sindical	820	187
CSL/PIS/COFINS	16.415	39.522
Tributos parcelados	237.239	172.948
	459.555	660.652

Tributos não circulante

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		33.245
Tributos parcelados	722.370	55.072
	722.370	88.317

18. Obrigações estatutárias

As receitas brutas mensais das anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias e juros, são deduzidas em 60% (sessenta inteiros por cento), cujo valor é segregado da forma abaixo, e destinado às instituições mencionada, nos termos do art. 55 e art. 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (“**OAB**”):

- (a) 10% (dez inteiros por cento) ao Conselho Federal da **OAB**;
- (b) 3% (três inteiros por cento) ao Fundo Cultural
- (c) 2% (dois inteiros por cento) ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (“**FIDA**”), e;
- (d) 10% (dez inteiros por cento) à Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (“**CASAG**”).

Paralelamente, há o repasse às subseções do duodécimo, necessário para compor as receitas próprias destas, para efeito de custeio de suas despesas.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/16	31/12/15
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
Conselho Federal	828.579	5.437.527
CASAG	8.909.190	4.645.834
CASAG (cessão de crédito)	409.581	
Fundo Cultural	172.355	4
Subseções		919.774
FIDA	1.310.491	951.536
	11.630.197	11.954.675

19. Empréstimos e financiamentos

Houve um aumento nos empréstimos a pagar, face à contratação de 03 (três) empréstimos durante o exercício de 2016, sendo 01 (um) perante à instituição financeira Santander, no montante de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), contratado em 30 de novembro de 2016, e 02 (dois) perante à instituição CREDIJUR, nos valores de R\$2.161.558,10 (dois milhões, cento e sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e dez centavos), contratado em 12 de setembro de 2016 e R\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), contratado em 07 de novembro de 2016, respectivamente.

Referidos empréstimos foram contratados para equalizar a insuficiência de caixa da Entidade, fortemente reduzida no curso do exercício face a necessidade de pagamento de obrigações vencidas contratadas no exercício de 2015, dentre outras obrigações.

No passivo circulante foram classificadas as parcelas vincendas até 31 de dezembro de 2017, com classificação das demais no passivo não circulante.

Circulante

	31/12/16	31/12/15
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
Caixa Econômica Federal	452.088	839.583
CREDIJUR	1.643.449	204.244
Santander		2.003.588
Santander – Conta Garantida	550.824	400.000
Empréstimo consignado BRB	3.904	
Empréstimo subseções	3.914	
	2.654.179	3.447.415

Não circulante

	31/12/16	31/12/15
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
Caixa Econômica Federal		452.083
Santander	649.176	
CREDIJUR	2.128.018	452.083
	2.777.194	452.083

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisões trabalhistas

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	<i>Reapresentado</i>
		R\$
Provisões sobre férias	364.620	825.124
Provisão sobre 13º. salário		786
Provisão encargos sobre férias	111.792	252.983
Provisão encargos sobre 13º. salário		241
	476.412	1.079.135

21. Outras obrigações

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	<i>Reapresentado</i>
		R\$
Receitas a identificar	734.979	621.529
Cessão de crédito – CASAG	1.818.065	
Contingências	95.160	813.397
Adiantamento de anuidade	10.715	
Energia elétrica	24.875	
Telefones e internet	30.202	
Água e esgoto	2.813	
Cheques a compensar	8.170	
Seguros	1.478	
	2.726.457	1.434.836

Os valores relativos as receitas a identificar referem-se ao recebimento histórico de contribuições obrigatórias em conta corrente, sem o correspondente vínculo ao beneficiário.

A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões cíveis e trabalhistas. As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres dos assessores jurídicos, sendo registradas contabilmente de acordo com a regras mencionadas na nota explicativa nº. 03, sendo contingenciadas de acordo com o critério de análise de riscos, classificados em possível, provável e remoto.

A **OAB**, mediante Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Crédito, cedeu à **CASAG** em 21 de fevereiro de 2016 o direito a cobrar e receber valores relativos as ações de execução de anuidades não recebidas dos exercícios de 2009 a 2014 e com ações ajuizadas junto à Justiça Federal. Estas ações somam, à época, o valor de R\$1.818.065,31 (um milhão, oitocentos e dezoito mil, sessenta e cinco reais e trinta e um centavos).

Em contrapartida, a **CASAG** disponibilizou o montante de R\$1.525.154,90 (um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil, cento e cinquenta e quatro reais e noventa centavos). Na cessão houve deságio de 5% (cinco inteiros por cento), representado pelo valor de R\$90.903,27 (noventa mil, novecentos e três reais e vinte e sete centavos), bem como o desconto da obrigação estatutária, na ordem de R\$367.285,94 (trezentos e sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).

As contingências foram ajustadas conforme relatório fornecido pelo departamento jurídico da OAB.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido

	31/12/16	31/12/15
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
Superávit ou déficit do exercício	5.379.373	(4.287.607)
Superávit ou déficit exercícios anteriores	18.504.747	19.104.808
Ajustes de exercícios anteriores	651.498	3.687.546
	24.535.618	18.504.747

23. Receitas operacionais

	31/12/16	31/12/15
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
Anuidade do exercício	24.935.129	22.243.076
Taxas e emolumentos	2.090.438	1.531.428
Inscrições exame da ordem	897.195	990.198
	27.922.761	24.764.703

24. Receitas extraordinárias

	31/12/16	31/12/15
	R\$	<i>Reapresentado</i> R\$
Recuperação de despesas	35.138	31.288
Cursos e eventos	650.309	556.324
Auxílio financeiro	7.717.854	150.000
Outras receitas	2.450.133	3.703.447
	10.853.433	4.441.059

O Conselho Federal da **OAB**, mediante ofícios enviados pela Entidade, converteu em auxílio financeiro as obrigações de repasses estatutários, conforme exposto abaixo:

- (a) Ofício nº. 49.0000.2016.000280-6, referente a débitos de repasses estatutários dos exercícios de 2012 a 2014, abaixo:

	31/12/16
	R\$
2012	849.660
2013	957.051
2014	1.316.766
	2.686.732
	5.810.208

- (b) Ofício nº. 49.0000.2017.005315-7, referente a repasse estatutário do exercício de 2016.

As outras receitas compreendem àquelas vinculadas a serviços extraordinários, como serviços de reprografia, impressão, digitalizações, dentre outros, bem como receita de aluguéis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Especialmente as receitas com reprografia montam R\$1.561.652,74 (um milhão, quinhentos e sessenta e um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e quatro centavos), ao passo que as receitas de aluguel de imóveis somaram R\$555.915,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e quinze reais), representando, ambas, 86% (oitenta e seis inteiros por cento).

25. Deduções das receitas

Repasses estatutários

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	<i>Reapresentado</i>
		R\$
Conselho Federal	(2.437.472)	(2.335.012)
CASAG	(4.874.945)	(2.291.245)
Fundo Cultural	(731.242)	(385.240)
FIDA	(487.494)	(467.002)
	<u>(8.531.153)</u>	<u>(5.478.499)</u>

Outras deduções das receitas

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	R\$	<i>Reapresentado</i>
		R\$
Restituição	(24.687)	
Cancelamento de anuidade	(517.369)	
Isenções de anuidades	(7.936)	
	<u>(549.992)</u>	

26. Riscos de mercado

As operações da Entidade estão sujeitas a fatores de riscos, abaixo descritos:

25.1 Risco de crédito

Decorrem da possibilidade de a entidade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus associados ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange as instituições financeiras, a entidade somente realiza operações com instituições financeiras sólidas e consideradas de baixo risco.

25.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas e instituições financeiras.
